

Nesta quinta-feira, 15 de agosto, o deputado Hiran Gonçalves, presidente da Frente Parlamentar da Medicina (FPMed), protocolou no Ministério Público Federal denúncia sobre a prática adotada por algumas operadoras de planos de saúde, que executam Telemedicina sem a presença de médicos nas duas pontas do atendimento.

A ação foi realizada com a anuência de todos os presentes na reunião realizada um dia antes pelo Instituto Brasil de Medicina (IBDM), órgão que dá sustentação à Frente, em Brasília (DF). Estiveram lá os associados e apoiadores da FPMed, além de parlamentares, que discutiram maneiras de valorizar os médicos e a Saúde do Brasil.

João Sobreira de Moura Neto, diretor adjunto de Defesa Profissional, representou a Associação Paulista de Medicina (APM). “Tratamos também dessa questão da regulamentação da Telemedicina. Hoje, na falta um escopo normativo, há grupos tomando a dianteira e fazendo o que bem entendem, sem ainda sabermos de fato o que pode e o que não pode. Entendemos ser essencial uma normatização que leve em consideração a opinião e as demandas dos médicos, pois são eles quem estão na linha de frente da assistência. Não há medicina sem médicos, nem telemedicina. É imprescindível regulação e responsabilidade”, argumenta Sobreira.

A reunião também tratou da Medida Provisória que cria o Programa Médicos pelo Brasil, que pretende ampliar a oferta de serviços médicos em locais de difícil provimento ou de alta vulnerabilidade. Foram debatidos, ainda, o projeto de lei do Revalida e outro que propõe alterações no Código de Trânsito Brasileiro.

Sobre o IBDM

O Instituto Brasil de Medicina foi oficializado em 22 de novembro de 2017, após a legalização da FPMed. O órgão tem como função fazer a ponte entre os anseios da classe médica brasileira e o Congresso Nacional. Com isso, o IBDM acompanha toda semana os projetos de lei relacionados à classe médica e à Saúde - que estão tramitando ou sendo votados.

Fonte: APM, em 15.08.2019